



RELATÓRIO CONTROLE INTERNO

SETEMBRO DE 2025

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS

Endereço: Rua Dr. Orlando Gonçalves, 231 - Parque das Palmeiras, Angra dos Reis/RJ

Telefone: (24) 3365-5388 – Ramal VOIP: 1285 **E-mail:** controleinterno@angraprev.rj.gov.br

DIRETORIA EXECUTIVA

DIRETOR-PRESIDENTECARLOS RENATO PEREIRA GONÇALVES

DIRETORIA ADMINISTRATIVAEDENILZE ALVES FERREIRA DIAS

DIRETORIA FINANCEIRAVICTOR HUGO PEREIRA DE ABREU

DIRETORIA DE BENEFÍCIOS THIAGO DE SIQUEIRA SOUSA

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS MAYARA DO NASCIMENTO ROSA

DIRETORIA DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO FERNANDO DE MORAES RIBEIRO

HISTÓRICO DE VALIDAÇÃO

Título		Autor	Elaborado em
Relatório de Controle Interno – Se Aprovado por	etembro de 2025 Aprovado em	Controladoria Interna Instrumento de Aprovação	16/10/2025
Aprovado por	Aprovado em	instrumento de Aprovação	
Conselho de Administração	17/10/2025	Ata da Reunião Ordinária do Conse	lho de Administração

SUMÁRIO

NTRODUÇÃO	6
GESTÃO DE RISCOS E COMPLIANCE	7
GESTÃO DE RISCOS	7
COMPLIANCE	
INDICADORES DE DESEMPENHO	8
ÁREAS ANALISADAS	
ÁREA: BENEFÍCIOS	
Indicador de Desempenho: Prazo de Concessão da Aposentadoria	
Indicador de Desempenho: Prazo de Concessão da Pensão	
ÁREA: BENEFÍCIOS - GESTÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO	11
Indicador de Desempenho: Fechamento da Folha de Pagamento	
ÁREA: ARRECADAÇÃO	
Indicador de Desempenho: Índice de Recolhimento dos Valores Relativos aos Parcelamo	
Débitos Previdenciários (IRP).	
Indicador de Desempenho: Índice de Adimplência das Contribuições Previdenciárias Re	_
(IACPR).	
ÁREA: INVESTIMENTOS	
Indicador de Desempenho: Desempenho da Rentabilidade da Carteira em Relação à Met	
Atuarial (DRCRMA)	
ÁREA: COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA – COMPREV	
Indicador de Desempenho: Média de Tempo para Envio ao COMPREV (MTEC)	
ÁREA: ATENDIMENTO	
Indicador de Desempenho: Taxa de Atendimento no Prazo (TAP)	
ÁREA: FINANCEIRA	
Indicador de Desempenho: Índice de Divergência de Conciliação Bancária	
ÁREA: JURÍDICA	
Indicador de Desempenho: Índice de Tempo de Análise Jurídica (ITAJ)	
ÁREA: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	
Indicador de Desempenho: Taxa de Incidentes de Segurança Resolvidos (TISR)	
Indicador de Desempenho: Taxa de Resolução de Chamados (TRC)	
Indicador de Desempenho: Taxa de Produção de Conteúdo de Mídia (TPCM) TRANSPARÊNCIA	
CONCURSO PÚBLICO	
SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO	
PLANO ANUAL DE TRABALHO DA CONTROLADORIA INTERNA	
ANÁLISE DAS MANUTENÇÕES DAS AÇÕES AO PROGRAMA PRÓ-GESTÃO	
PONTOS DE CONTROLE (PC)	
CONCLUSÃO	40

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Total de aposentadorias concedidas	09
Gráfico 2 - Total de benefícios concedidos	10
Gráfico 3 - Total da folha de pagamento	12
Gráfico 4-Controle de Arrecadação	13
Gráfico 5 - Total de investimentos por tipo de aplicação	15
Gráfico 6 - Requerimentos: Aposentadorias por situação até Setembro/2025	20
Gráfico 7 - Requerimentos: Pensões por situação até Setembro/2025	20
Gráfico 8- Requerimentos: Requerimentos por situação até Setembro/2025	21
Gráfico 9 - Valores pagos em Setembro de 2025	24
Gráfico 10 - Discriminação do percentual gasto na manutenção do Angraprev	25
Gráfico 11 – Resultado Financeiro.	26

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Total de aposentadorias concedidas	09
Tabela 2 – Total de benefícios concedidos por tipo e poder	09
Tabela 3 – Total da folha de pagamento	11
Tabela 4 – Controle de arrecadação	13
Tabela 5 – Total de investimentos por tipo de aplicação e percentual aplicado	15
Tabela 6 – Retorno e meta de rentabilidade acumulada no período	15
Tabela 7 – Requerimentos por situação até Setembro/2025	18
Tabela 8 – Requerimentos por situação e tipo até Setembro/2025	19
Tabela 9 – Quantidade de atendimentos no ANGRAPREV	22
Tabela 10 – Registro de manifestações na ouvidoria	23
Tabela 11 - Acompanhamento de despesas	24
Tabela 12 – Taxa de Administração	26
Tabela 13 – Atuação da Chefia de Gabinete no encaminhamento de processos em setembro	28
Tabela 14 – Quantidade de atendimentos na COTIN	30
Tabela 15 - Plano Anual de Trabalho - Setembro/2025	34
Tabela 16 - Análise dos requisitos para adesão ao Pró-Gestão	39
Tabela 17 – Acompanhamento da implementação das recomendações	41

INTRODUÇÃO

O presente relatório foi elaborado por esta Controladoria Interna, instituída pela Lei Municipal nº 4.037 de 21 de dezembro de 2021, alterada pela Lei nº 4.065 de 23 de Abril de 2022, Lei nº 4.129 de 20 de setembro de 2022 e Lei nº 4.350 de 29 de maio de 2024, com o fito de análise do período de **Setembro de 2025.**

A realização deste trabalho, considerando o escopo de atuação desta Unidade de Controle Interno, baseou-se nos procedimentos e técnicas de controle compreendendo o exame dos documentos, a observação física de bens, comparativos entre previsão e execução, sendo realizadas entrevistas com os responsáveis pelos seguintes setores: Benefícios, Recursos Humanos, Financeiro, Assessoria Financeira, Administrativo, Contabilidade e Orçamento e Tecnologia da Informação, além da análise de ambiente, com vistas a formar opinião sobre a suficiência ou inadequação dos controles existentes, bem como a conformidade com os requisitos estabelecidos no manual do Pró-Gestão.

O trabalho da Controladoria Interna é de assegurar o alcance dos objetivos, por meio da identificação dos possíveis riscos que possam ameaçar a boa prática de gestão dos processos, tais como cumprimento de prazos, leis e regulamentos etc., com o intuito de geração de melhoria contínua dos processos organizacionais.

GESTÃO DE RISCOS E COMPLIANCE

Levando em consideração a certificação do Pró-Gestão no que tange às boas práticas de gestão e Compliance no Instituto de Previdência Social do Município de Angra dos Reis (ANGRAPREV), a implementação do sistema de Gestão de Riscos e Compliance é para demonstrar a eficácia dos cumprimentos da legislação e dos procedimentos de controles internos do Instituto.

GESTÃO DE RISCOS

A gestão de riscos no ANGRAPREV é um processo essencial para garantir a sustentabilidade e a integridade financeira do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), prevenindo eventos que possam comprometer sua estabilidade ou impactar a concessão de benefícios aos segurados.

Para assegurar a efetividade desse processo, auditorias periódicas são conduzidas nos diversos setores da autarquia, avaliando o cumprimento das diretrizes estabelecidas e identificando possíveis fragilidades. Além disso, trimestralmente, será elaborado um Relatório de Gestão de Riscos, cujo objetivo é analisar os principais riscos que envolvem as áreas estratégicas do ANGRAPREV e verificar a eficácia dos controles internos implementados.

O trabalho será fundamentado nas melhores práticas internacionais de gerenciamento de riscos, seguindo as diretrizes da Norma ABNT NBR ISO 31000/2018 - Gestão de Riscos e Diretrizes, que estabelece princípios e processos para uma abordagem estruturada e eficiente, bem como no modelo COSO II - Gerenciamento de Riscos Corporativos - Estrutura Integrada, referência amplamente reconhecida para controle interno e governança.

COMPLIANCE

O compliance no âmbito do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) refere-se ao conjunto de práticas adotadas para garantir que o instituto opere em total conformidade com as legislações vigentes, regulamentos internos e boas práticas de governança. O objetivo é assegurar que todas as atividades sejam conduzidas de forma ética, transparente e dentro dos padrões normativos aplicáveis, prevenindo riscos legais, administrativos e reputacionais.

No ANGRAPREV, o compliance é monitorado de forma contínua, sendo um pilar essencial para a integridade e eficiência da gestão previdenciária. Durante as auditorias internas, é realizada uma avaliação para verificar se os setores do instituto estão em

conformidade com as normas legais e regulamentos internos, identificando eventuais não conformidades e propondo medidas corretivas.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Os indicadores de desempenho são ferramentas essenciais para mensurar a eficiência, a conformidade e o cumprimento das metas institucionais do Instituto de Previdência Social do Município de Angra dos Reis (ANGRAPREV). Eles fornecem uma visão clara sobre a qualidade e a agilidade dos processos operacionais, bem como sobre a sustentabilidade financeira e a adequação aos requisitos legais.

Neste relatório, serão apresentados os indicadores de desempenho de cada área, juntamente com as metas estabelecidas e o desempenho observado ao longo do mês de Setembro de 2025. O objetivo é demonstrar como os indicadores foram utilizados para monitorar a eficiência e a efetividade das atividades desenvolvidas no período. Esses indicadores foram elaborados para serem integrados aos controles internos, relatórios e análises das respectivas áreas, servindo como ferramentas para identificar pontos de melhoria, assegurar a conformidade com as normativas vigentes e fortalecer as práticas de governança institucional.

ÁREAS ANALISADAS

As áreas analisadas foram escolhidas com base na adesão ao Pró-Gestão nível IV, a fim de verificar as conformidades e geração de informações gerenciais para tomada de decisão dos gestores do Instituto, baseado nos documentos disponíveis e nas rotinas de execução das áreas.

ÁREA: BENEFÍCIOS

Foram concedidas **13 aposentadorias**, todas elas voluntárias. Ademais, foi concedida **1 pensão**.

Tabela 1 – Total de aposentadorias concedidas.

APOSENTADORIAS CONCEDIDAS (SETEMBRO/2025)			
QUANTIDADE			
VOLUNTÁRIA	13		
INCAPACIDADE	0		
COMPULSÓRIA	0		
TOTAL	13		

Obs.: Sujeito a alterações a depender da data de inicio do benefício x fechamento de folha

Obs.: Sujeito a alterações a depender da data de início do benefício x fechamento de folha.

Gráfico 1 – Total de aposentadorias concedidas.

APOSENTADORIAS CONCEDIDAS (SETEMBRO de 2025)

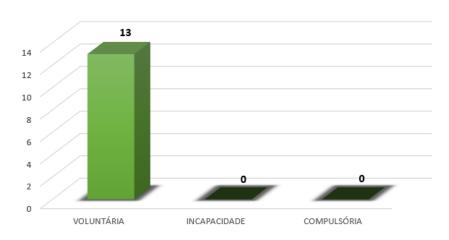


Tabela 2- Total de benefícios concedidos por tipo e poder.

BENEFÍCIOS POR TIPO E PODER (SETEMBRO/2025)				
TIPO	PODER	TOTAL		
APOSENTADORIA	EXECUTIVO (PMAR)	13	13	
	LEGISLATIVO (CMAR)	0		
PENSÃO CIVIL	EXECUTIVO (PMAR)	1	1	
PENSAU CIVIL	LEGISLATIVO (CMAR)	0	-	
TOTAL			14	

Obs.: Sujeito a alterações a depender da data de início do benefício x fechamento de folha.

Gráfico 2 – Total de benefícios concedidos.



Obs.: Sujeito a alterações a depender da data de início do benefício x fechamento de folha.

Em análise aos processos de concessão de benefícios, observou-se que as informações guardam paridade sob os aspectos formais quanto à legislação vigente para a referida concessão.

Utilizando a técnica de amostragem, esta Unidade de Controle selecionou 3 processos, correspondendo a aproximadamente 23% do total, para a análise das concessões de benefícios. Os processos foram escolhidos aleatoriamente, com o objetivo de verificar a conformidade dos benefícios concedidos em relação à legislação vigente.

Durante a análise, verificou-se que as concessões atenderam às exigências legais, incluindo as formalizações necessárias e a devida publicação das portarias. Não foi constatada nenhuma inconsistência.

Indicador de Desempenho: Prazo de Concessão da Aposentadoria

Definição: Mede o percentual de processos de aposentadoria concedidos dentro do prazo estabelecido como meta (em dias).

Fórmula: PDM = QDM / QTA

PDM: Porcentagem dentro da meta no período QDM: Quantidade dentro da meta no período QTA: Quantidade total de aposentadorias no período Meta: 40 dias, do tempo líquido contado da data da abertura até a concessão.

Desempenho observado: PDM = 10/13 = 76%

Foram concedidas 13 aposentadorias em setembro de 2025. Das 13, 10 atingiram a meta. As 3 que não atingiram, foram paralisadas pelo próprio servidor e depois retomadas.

Indicador de Desempenho: Prazo de Concessão da Pensão

Definição: Mede o percentual de processos de pensão concedidos dentro do prazo estabelecido como meta (em dias).

Fórmula: PDM = QDM / QTP

PDM: Porcentagem dentro da meta no período QDM: Quantidade dentro da meta no período QTA: Quantidade total de pensões no período

Meta: 40 dias, do tempo líquido contado da data da abertura até a concessão.

Desempenho observado: PDM = 1/1 = 100%

Foi concedida uma pensão em setembro de 2025 e dentro da meta de 40 dias.

ÁREA: BENEFÍCIOS - GESTÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO

No que tange às folhas de pagamento dos benefícios de aposentadorias e pensões foram disponibilizadas as seguintes informações em Setembro de 2025:

Tabela 3 - Total da folha de pagamento.

FOLHA DE PAGAMENTO SETEMBRO DE 2025				
	TOTAL PERCENTU			
PMAR	APOSENTADOS	17.898.848,56	R\$ 19.796.765,11	98,91%
FIVIAR	PENSIONISTAS	1.897.916,55		
CMAR	APOSENTADOS	138.778,83	R\$ 217.851,69	1,09%
CIVIAR	PENSIONISTAS	79.072,86	N3 217.631,03	1,0576
	TOTAL	R\$ 20.014.616,80	-	-

FOLHA DE PAGAMENTO (SETEMBRO de 2025)

PENSIONISTAS 79.072,86

APOSENTADOS 138.778,83

PENSIONISTAS APOSENTADOS 1.897.916,55

Gráfico 3 - Total da folha de pagamento

Indicador de Desempenho: Fechamento da Folha de Pagamento

Definição: Mede o tempo necessário para processar a folha de pagamento desde o início até o seu fechamento.

Meta: Processar a folha de pagamento até o dia 25 de cada mês.

Desempenho observado: No mês de Setembro a folha de pagamento foi processada e entregue no dia 23/09/2025, atingindo a meta estipulada.

ÁREA: ARRECADAÇÃO

É atribuído à Diretoria Financeira deste Instituto o acompanhamento, recebimento e lançamento das Contribuições Previdenciárias e cobranças em eventuais atrasos. O controle é feito comparando os Recursos Creditados nas contas bancárias do ANGRAPREV com as informações presentes nos analíticos enviados pela Prefeitura Municipal de Angra dos Reis.

Referente à Compensação Previdenciária, o controle é realizado através da comparação do relatório enviado pela Coordenação de Compensação Previdenciária do ANGRAPREV e o valor creditado em conta corrente. Ressaltamos que as Receitas estão disponíveis no site: www.angraprev.rj.gov.br.

Tabela 4- Controle de arrecadação.

*CONTROLE DE ARRECADAÇÃO - SETEMBRO/2025			
CONTRIBUIÇÕES REGULARES	R\$	10.563.394,77	
CONTRIBUIÇÕES AFASTADOS S/REMUNERAÇÃO	R\$	54.810,22	
PARCELAMENTOS	R\$	1.021.548,71	
RETORNO DOS INVESTIMENTOS	R\$	20.108.171,28	
COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	R\$	787.442,56	
OUTRAS RECEITAS	R\$	747.829,92	
**APORTE PARA AMORTIZAÇÃO DÉF. ATUARIAL	R\$	3.409.949,03	
TOTAL (Receita Arrecadada)	R\$	36.693.146,49	

^{*} Reconhecimento da receita por regime de caixa / ** Aporte para cobertura do déficit atuarial - Parcela 007/490 atualizada.

Gráfico 4– Controle de arrecadação.



Indicador de Desempenho: Índice de Recolhimento dos Valores Relativos aos Parcelamentos de Débitos Previdenciários (IRP).

Definição: O IRP tem como objetivo medir a eficácia na arrecadação dos valores parcelados referentes às contribuições previdenciárias devidas ao ANGRAPREV. O indicador compara o valor efetivamente recebido com o valor previsto para a competência, permitindo avaliar se os entes devedores estão cumprindo os acordos de parcelamento firmados.

Fórmula: IRP =
$$\left(\frac{Valor\ em\ reais\ recebido\ de\ parcelamentos}{Valor\ em\ reais\ previsto\ de\ parcelamentos}\right) x\ 100$$

Meta: Recolher 100% do valor previsto relativo aos parcelamentos de débitos previdenciários.

Desempenho observado: IRP = $(1.021.548,71 / 1.021.548,71) \times 100 = 100\%$

Todos os valores previstos para a competência de setembro de 2025 foram arrecadados conforme os acordos de parcelamento firmados.

Indicador de Desempenho: Índice de Adimplência das Contribuições Previdenciárias Regulares (IACPR).

Definição: O IACPR mede o grau de cumprimento, pelos entes municipais, da obrigação de repasse das contribuições previdenciárias ao ANGRAPREV. O indicador avalia a proporção entre o valor total previsto e o valor efetivamente arrecadado para uma determinada competência, permitindo o monitoramento da regularidade dos repasses e a identificação de eventuais atrasos ou inadimplência

Fórmula: IACPR = $\left(\frac{Valor\ em\ reais\ arrecadado\ no\ período}{Valor\ total\ em\ reais\ previsto\ no\ período}\right)x\ 100$

Meta: Alcançar um índice igual ou superior a 95%.

Desempenho observado: IACPR = (10.522.755,85 / 10.522.755,85) x 100 = 100%

Todos os valores previstos de contribuição previdenciária, relativos à competência setembro de 2025, foram repassados pelos entes municipais.

<u>ÁREA: INVESTIMENTOS</u>

O relatório de investimentos encontra-se na página oficial do ANGRAPREV, no qual é analisada e discriminada a carteira de investimentos do ANGRAPREV. As aplicações foram disponibilizadas de forma sintética conforme tabelas e gráficos abaixo, segregadas em carteira de rendimentos Fixa, Variável e Exterior.

Em análise ao Relatório de Investimento, verificamos que houve apreciação dos Conselhos, no que se refere ao enquadramento da determinação da SPREV segundo a Portaria MTP nº 1.467 de 02 de junho de 2022. Outro ponto de análise da operação foi a verificação da autorização no que tange à legalidade da operação, em que restou evidenciado a consonância com o que determina o artigo 4º, § 2º da Resolução CMN nº 4.963 de 25 de novembro de 2021.

As informações foram confrontadas aos quadros do Relatório de Investimentos, disponibilizado no site do ANGRAPREV, realizado pela empresa Di Blasi Consultoria Financeira Ltda a partir de 19/05/2025, junto as Atas do Comitê de Investimentos, guardando paridade no que se refere aos enquadramentos dos investimentos junto a Resolução CMN nº

4.963 de 25 de novembro de 2021 e a Política de Investimento aprovada para o exercício vigente.

Tabela 5 - Total de investimentos por tipo de aplicação e percentual aplicado

INVESTIMENTOS - SETEMBRO/2025			
	١	VALOR INVESTIDO PERCENTUAL APLICADO	
RENDA FIXA	R\$	977.409.695,42	74,30%
RENDA VARIÁVEL	R\$	338.095.639,62	25,70%
EXTERIOR	R\$	-	0,00%
TOTAL	R\$	1.315.505.335,04	100,00%

Gráfico 5 - Total de investimentos por tipo de aplicação e percentual aplicado.

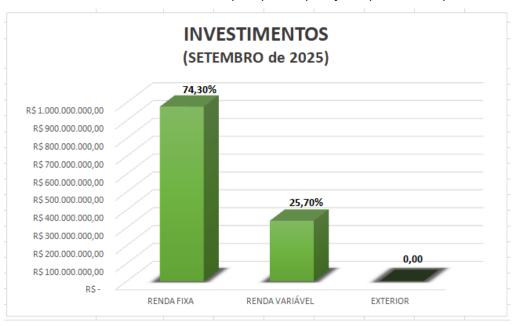


Tabela 6 - Retorno e meta de rentabilidade acumulada no período.

	SETEMBRO
RETORNO	8,86%
META DE RENTABILIDADE ACUMULADA NO PERÍODO	7,63%

Verificou-se que a maioria dos membros do Comitê de Investimentos possuem certificação vigente, e o membro que não possui se encontra em processo de obtenção da certificação exigida.

O Assessor de Investimentos disponibilizou o Relatório Analíticos de Investimentos do mês de Agosto onde são demonstradas a situação financeira dos fundos no que tange aos enquadramentos, rentabilidades e riscos.

A Política de Investimentos para o ano de 2025, foi elaborada pelo Comitê de Investimentos e aprovada pelo CONSAD conforme consta na Ata de Reunião do dia 26 de Novembro de 2024, e publicada no Boletim Oficial do Município n° 2011 de 29 de novembro de 2024, com ampla divulgação junto ao site do Instituto a fim de maior transparência.

Em Setembro de 2025 foi credenciada a seguinte instituição: Modal DTVM, CNPJ: 05.389.174/0001-01 e a renovação das seguintes: Itaú Unibanco Asset Management Ltda, CNPJ: 40.430.971/0001- 96 e Somma Investimentos SA, CNPJ: 05.563.299/0001-06.

Por fim, os demonstrativos do DPIN - Demonstrativo da Política de Investimentos e o DAIR - Demonstrativo de Aplicações e Investimentos dos Recursos, encontram-se devidamente lançados junto ao Sistema da Secretaria de Previdência-CADPREV.

Indicador de Desempenho: Desempenho da Rentabilidade da Carteira em Relação à Meta Atuarial (DRCRMA)

Definição: Desempenho da rentabilidade da carteira de investimentos do Instituto em relação à meta atuarial, a qual representa o objetivo mínimo de rentabilidade necessário para assegurar o equilíbrio financeiro e atuarial do regime no longo prazo. Para o exercício de 2025, conforme definido na Política de Investimentos vigente, a meta atuarial é de IPCA + 5,17%.

Fórmula: DRCRMA=
$$\left(\frac{rentabilidadeobservadanoperíodo \%}{metaatuarialderentabilidade \%}\right)x$$
 100

Rentabilidade observada no período: percentual do retorno da carteira do ANGRAPREV observado em determinado período. Ex.: o desempenho na carteira no mês de setembro/2025 foi de 1,88% / o desempenho na carteira no ano até o fechamento de setembro (YTD) foi de 7,34%

Meta atuarial de rentabilidade: aplicando a meta de IPCA + 5,17% ao ano para o período do mês de setembro/2025, temos uma meta mensal de 0,31% / aplicando a meta de IPCA + 5,17% ao ano para o período compreendido entre o início do ano até o fechamento de setembro (YTD), temos uma meta de 6,67%

Meta: O desempenho desejado é que se obtenha um indicador de, no mínimo, 100%, o que indica que o retorno observado está aderente à meta atuarial.

Desempenho observado:

No mês de Setembro: $(1,4192 / 0,9029) \times 100 = 157,18\%$

No ano: (8,8584 / 7,6342) X 100 = **116,06%**

Conforme ilustrado no percentual acima, a rentabilidade da carteira do Instituto continua superando a meta, inclusive com índice superior ao de agosto, denotando um deslocamento ainda maior entre retorno VS meta.

ÁREA: COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA - COMPREV

O Sistema de COMPREV foi desenvolvido para possibilitar a Compe04nsação Previdenciária entre o INSS e os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). A versão do Novo COMPREV 2020 traz como principal mudança a possibilidade de Compensação entre a maioria dos Regimes Próprios de Previdência.

O setor de Diretoria de Benefícios – Coordenação de Compensação Previdenciária deste Instituto tem acesso ao Manual que visa orientar os usuários do Sistema COMPREV, descrevendo os corretos procedimentos para uma boa utilização da ferramenta desenvolvida pelo DATAPREV.O documento prevê conhecimento sobre todas as funcionalidades disponíveis até o momento, considerando que o sistema se encontra em desenvolvimento.

O setor de Coordenação de Compensação Previdenciária disponibiliza as informações geradas pelo Sistema de Compensação Previdenciária a fim de enviar e analisar os requerimentos.

Os relatórios constatam que o referido setor gera mensalmente os extratos do sistema COMPREV a títulos de pagamento/recebimentos de valores e de requerimentos enviados e recebido

Tabela 7– Requerimentos por situação até Setembro/2025.

Painel Requerimentos Atuais				
Exigência/Indeferido	0			
Indeferido Ratificado	66			
Compensado	208			
Em Compensação	709			
Deferidos	0			
Indeferidos	69			
Em Exigência	278			
Análise Suspensa	5			
Aguardando Análise	601			
Aguardando Análise Médica	6			
Em Análise	1			
Em Análise Médica	1			
Criado	0			
Rejeitado	53			
Alterado	0			
Aguardando Compensação da Aposentadoria	23			
Criado Rejeitado	0			
Em Conflito de Período	1			
TOTAL	2021			

Tabela 8 - Requerimentos por situação e tipo até Setembro/2025.

Descrição	Situação	Quantidade
Tipo de Requerimento		==0
	Aguardando análise	553
	Em compensação	680
	Compensado	191
	Indeferido ratificado	66
Aposentadoria	Indeferido	68
	Em exigência	277
	Rejeitado	48
	Análise Suspensa	5
	Em análise	1
	Aguardando análise médica	3
	Em conflito de período	1
	Em análise médica	0
	Aguardando análise	48
	Em compensação	29
	Aguardando compensação da aposentadoria	23
Pensão	Compensado	17
	Rejeitado	5
	Aguardando análise médica	3
	Em exigência	1
	Indeferido	1
	Em análise médica	1
	TOTAL	2021

Gráfico 6- Requerimentos: Aposentadorias por situação até Setembro/2025.

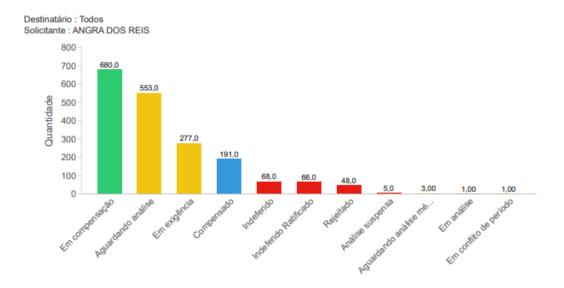
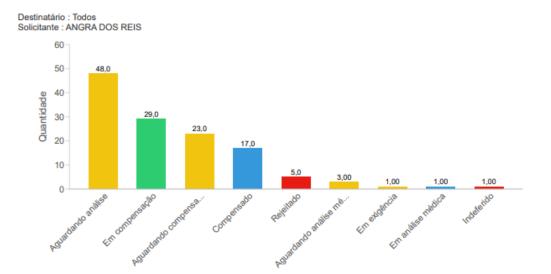


Gráfico 7 – Requerimentos: Pensões por situação até Setembro/2025.



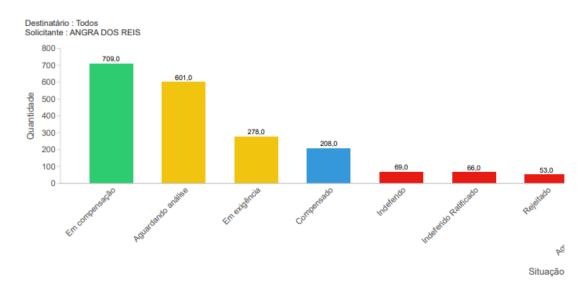


Gráfico 8 - Requerimentos: Requerimentos por situação até Setembro/2025.

Desta forma, os processos de envios e análises do setor analisado encontram-se em conformidade com os procedimentos estipulados

Indicador de Desempenho: Média de Tempo para Envio ao COMPREV (MTEC)

Definição: A MTEC mede o tempo médio gasto desde a publicação da homologação do TCE até o envio do requerimento para o COMPREV, solicitando a compensação previdenciária.

Fórmula:
$$= \frac{\sum_{i=1}^{n} T_i}{n}$$

T_i: Tempo, em αias, entre a pupilcação da homologação do TCE e o envio de cada processo i ao COMPREV.

n: Número total de processos enviados ao COMPREV no período analisado.

Meta: A meta desejada é que esse processo dure no máximo 20 (vinte) dias.

Desempenho observado: MTEC = 142/13 = 10,9

Em Setembro de 2025 a MTEC foi de aproximadamente 11 dias, abaixo da meta de 20 dias e baseado na análise de 13 processos, demonstrando assim a eficiência do setor e o comprometimento com os prazos.

Observação: Casos excepcionais foram excluídos do cálculo.

ÁREA: ATENDIMENTO

A área de atendimento do ANGRAPREV exerce um papel fundamental na interação entre a instituição e seus segurados, funcionando como o principal canal para a solução de dúvidas, solicitações e demandas. Sob a responsabilidade da Coordenação de Protocolo, o atendimento é realizado de forma presencial, telefônica e por e-mail, facilitando o contato direto com os beneficiários. Os serviços mais requisitados incluem a abertura e acompanhamento de processos de aposentadoria e pensão, a realização de prova de vida, a emissão de contracheques, a atualização cadastral, o esclarecimento de dúvidas sobre imposto de renda e a emissão de Certidão de Tempo de Contribuição (CTC).

Assim, o atendimento no ANGRAPREV garante não apenas a resolução eficiente das demandas dos beneficiários, mas também fortalece a comunicação entre a instituição e seus segurados. A tabela abaixo apresenta a quantidade de atendimentos realizados em Setembro de 2025

Tabela 09- Quantidade de atendimentos no ANGRAPREV.

ATENDIMENTO RECEPÇÃO							
	SETEMBRO						
Atendimentos por e-mail	4						
Atendimentos telefônicos	342						
Atendimentos presenciais	626						
Prova de Vida	150						
Assuntos mais procurados	CONTRACHEQUE, PROVA DE VIDA, ABERTURA DE PROCESSOS (APOSENTADORIA, ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA) E ATENDIMENTO TELEFÔNICO SOBRE CONSULTA DE ANDAMENTO DE PROCESSO – SISTEMA SEI).						

A Ouvidoria é um importante canal de comunicação entre o usuário dos serviços públicos e a administração, atuando como um recurso administrativo que promove o diálogo contínuo e a participação cidadã. Sua função é fundamental para o controle social, abrindo espaço para que os cidadãos possam expressar suas demandas.

Por meio da Ouvidoria, os usuários podem registrar diversas manifestações, como elogios, solicitações, reclamações e sugestões. O atendimento e tratamento dessas manifestações são essenciais para a identificação de oportunidades de melhoria, permitindo que o ANGRAPREV possa aprimorar continuamente a qualidade dos serviços oferecidos à sociedade. Assim, a Ouvidoria não só fortalece a relação entre o cidadão e a administração

pública, como também contribui para o desenvolvimento de uma gestão mais transparente, eficiente e orientada às necessidades dos usuários.

A Tabela 10 apresenta a quantidade de manifestações recebidas pela Ouvidoria do Instituto em Setembro de 2025

pedidos de informação

Tabela 10 - Registro de manifestações na ouvidoria.

Indicador de Desempenho: Taxa de Atendimento no Prazo (TAP)

Assuntos mais procurados

Definição: Percentual de solicitações da Ouvidoria respondidas dentro do prazo estabelecido de 48 horas após o recebimento.

$$\textbf{F\'ormula:} \ \ _{TAP} \ (\%) = \left(\frac{N^{\text{o}} \ de \ solicita\~{c\~oes} \ respondidas \ dentro \ do \ prazo}{N^{\text{o}} \ total \ de \ solicita\~{c\~oes} \ recebidas} \right) \times 100$$

Meta: Garantir que 100% das solicitações recebidas por e-mail sejam respondidas no prazo máximo de 48 horas.

Desempenho observado: TAP= (1/1) x 100= 100%

Em Setembro de 2025 o setor de ouvidoria recebeu 1 manifestação e esta foi respondida dentro do prazo de 48 horas.

ÁREA: FINANCEIRA

Considerando a revisão do PPA 2022-2025, que está estruturado nos Programas, Objetivos e Metas e representa o plano de investimento dos Poderes Executivo e Legislativo para o desenvolvimento e implementação de políticas públicas, bem como a organização da gestão governamental e a execução planejada de ações para o Município, e levando em conta a LOA, que estima as receitas e fixa as despesas do Poder Executivo e do Poder Legislativo de Angra dos Reis para o exercício financeiro de 2025, ambos publicados no

Boletim Oficial do Município em 13 de dezembro de 2024, a tabela 11 apresenta os limites de despesa por Projeto Atividade para o ano de 2025, juntamente com os valores empenhados, liquidados e pagos em Setembro de 2025.

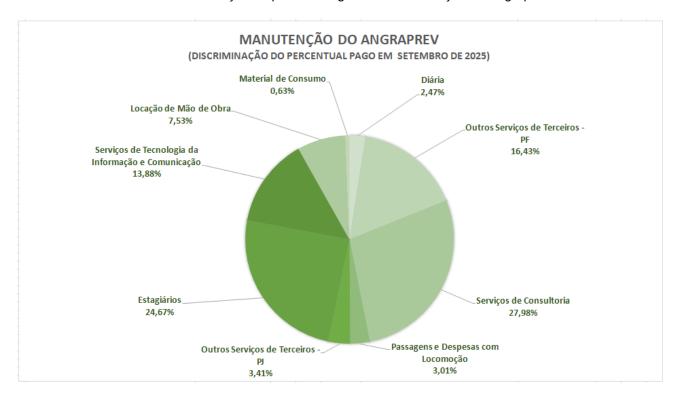
Tabela 11 – Acompanhamento de despesa.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Acompanhamento de despesa)										
Projeto Atividade LOA SETEMBRO										
Projeto Atividade		LUA		Empenhado		Liquidado		Pago		
1080 - Concurso Público	R\$	350.000,00	R\$	-	R\$	-	R\$	-		
2001 - Pagamento de Pessoal e Encargos	R\$	7.308.000,00	R\$	4.655,37	R\$	304.766,87	R\$	304.766,87		
2005 - Sentenças Judiciais	R\$	150.000,00	R\$	-	R\$	-	R\$	-		
2007 - Despesas Judiciais	R\$	24.000,00	R\$	-	R\$	-	R\$	-		
2161 - Serviços de Energia Elétrica, Correio, Telefonia e Água	R\$	78.000,00	R\$	-	R\$	1.404,27	R\$	1.404,27		
2162 - Fornecimento de Combustível	R\$	50.000,00	R\$	-	R\$	-	R\$	-		
2172 - Aposentadoria e Reformas	R\$	215.288.561,67	R\$	11.694.625,46	R\$	19.971.887,92	R\$	19.971.887,92		
2173 - Manutenção do ANGRAPREV	R\$	4.730.000,00	R\$	25.097,08	R\$	124.840,93	R\$	124.746,93		
2199 - Reserva Orçamentária do RPPS	R\$	75.104.000,00	R\$	-	R\$	-	R\$	-		
2535 - Compensação Previdenciária	R\$	520.000,00	R\$	-	R\$	10.419,98	R\$	10.419,98		
TOTAL	R\$	303.602.561,67	R\$	11.724.377,91	R\$	20.413.319,97	R\$	20.413.225,97		

Gráfico 09- Valores pagos em Setembro de 2025.



Gráfico 10 - Discriminação do percentual gasto na manutenção do Angraprev.



A taxa de administração corresponde ao valor financiado por meio de uma alíquota de contribuição, que deve ser somada às alíquotas que cobrem o custo normal do Regime de Previdência Social (RPPS) ou a outras formas previstas em lei por cada ente federativo. Essa taxa destina-se a custear as despesas correntes e de capital necessárias à organização, administração e funcionamento do regime, incluindo a conservação de seu patrimônio, respeitando os limites anuais de gastos e mantendo-se separada dos recursos destinados ao pagamento de benefícios.

Conforme o Art. 84 da Portaria MTP nº 1.467/2022, os municípios classificados como Grande Porte no ISP-RPPS dispõem de um limite de taxa administrativa de até 2,4%, aplicado sobre o total das contribuições dos servidores, com base no exercício financeiro anterior. O ANGRAPREV iniciou o ano com um valor disponível de **R\$ 10.568.861,81** para a taxa administrativa em 2025 e até o mês de Setembro, foram gastos **R\$ 4.233.378,40**. Com isso, o saldo remanescente para os meses seguintes ficou em **R\$ 6.335.483,41** correspondendo a **59,94**% do montante inicial.

Tabela 12- Taxa de Administração

	TAXA ADMINISTRATIVA											
DISPON	IÍVEL F	PARA 2025:	R\$	10.568.861,81	100%							
	VA	LOR GASTO	SAL	DO DISPONÍVEL	% DISPONÍVEL							
JANEIRO	R\$	356.622,64	R\$	10.212.239,17	96,63%							
FEVEREIRO	R\$	441.415,80	R\$	9.770.823,37	92,45%							
MARÇO	R\$	432.253,60	R\$	9.338.569,77	91,73%							
ABRIL	R\$	433.104,50	R\$	8.905.465,27	84,26%							
MAIO	R\$	565.731,48	R\$	8.339.733,79	78,91%							
JUNHO	R\$	468.707,25	R\$	7.871.026,54	74,47%							
JULHO	R\$	635.732,88	R\$	7.235.293,66	68,46%							
AGOSTO	R\$	468.482,18	R\$	6.766.811,48	64,03%							
SETEMBRO	R\$	431.328,07	R\$	6.335.483,41	59,94%							

Conforme demonstrado no Gráfico 11, no mês de setembro de 2025 a arrecadação totalizou R\$ 36.693.146,49, enquanto as despesas foram de R\$ 20.413.225,97, resultando em um resultado financeiro positivo de R\$ 16.279.920,52.

RESULTADO FINANCEIRO (SETEMBRO DE 2025) R\$ 40.000.000,00 R\$ 35.000.000,00 R\$ 30.000.000,00 R\$ 25.000.000,00 R\$ 20.000.000,00 R\$ 15.000.000,00 R\$ 10.000.000,00 R\$ 5.000.000,00 R\$ 0,00 ARRECADAÇÃO RESULTADO FINANCEIRO DESPESA ■ Valor R\$36.693.146,49 R\$ 20.413.225,97 R\$16.279.920,52

Gráfico 11 - Resultado Financeiro

Indicador de Desempenho: Índice de Divergência de Conciliação Bancária

Definição: Este indicador mede a quantidade de divergências encontradas durante o processo de conciliação. O intuito é identificar a frequência de inconsistências, o que sinaliza a necessidade de revisão dos processos e dados obtidos.

Formula: Índice de Divergência (ID) = $\left(\frac{n^{\circ} dediverg \hat{e}ncias identificadas}{n^{\circ} total de contas conciliadas}\right) x 100$

Meta: Manter o Índice de Divergência de Conciliação Bancária igual a 0%, o que garante que os registros contábeis estão em total conformidade com os extratos bancários.

Desempenho observado: $ID = (0 / 63) \times 100 = 0,00\%$

Não foram identificadas divergências na conciliação dos saldos das contas ativas do Instituto cadastradas no Sistema Integrado de Gestão (SIG) PRODATA, atingindo-se o resultado desejado.

Indicador de Desempenho: Índice de Inconsistências nos Pagamentos ou Transferências Bancárias

Definição: Mede a proporção de pagamentos ou transferências realizadas que apresentam inconsistências (como erros de valor, dados incorretos, pagamentos duplicados, entre outros) em relação ao total de pagamentos ou transferências efetuadas em um determinado período. Esse indicador permite avaliar a efetividade dos controles internos no processo de pagamento.

Formula: Índice de Inconsistências nos Pagamentos (IIP) = $\left(\frac{n^2 de \ pagamentos \ inconsistentes}{Total \ de \ pagamentos \ realizados}\right) x \ 100$

Meta: Manter o índice ≤ 1,00% por mês, correspondendo a no máximo 1 (um) pagamento inconsistente a cada 100 (cem) pagamentos realizados.

Desempenho observado: IIP = $(0 / 123) \times 100 = 0,00\%$

Não foram identificadas inconsistências nos pagamentos ou transferências realizadas no mês de setembro, atingindo-se o resultado desejado.

ÁREA: JURÍDICA

O Decreto nº 13.899 de 08 de Janeiro de 2025, publicado no Boletim Oficial do Município nº 2041 em 09 de Janeiro de 2025, alterou a estrutura organizacional e administrativa do ANGRAPREV, extinguindo a função de Procurador-Chefe neste Instituto. E a partir de Setembro de 2025 os processos que necessitam de análise jurídica são encaminhados pela Chefia de Gabinete, visto que o setor de Coordenação de Gestão Administrativa está sendo descontinuado. Os processos estão sendo enviados através dos seguintes procedimentos descritos no **Manual e Mapeamento da Área Jurídica:**

- A CHEGAB verifica se no despacho da área demandante constam discriminados os itens para parecer e encaminha via SEI à caixa PGM/PADJ da Procuradoria Geral do Município, para análise e emissão de parecer jurídico.
- Após o envio, o processo é anotado em planilha própria de controle, com os seguintes dados:
 - Número do processo SEI
 - Tipo de benefício ou administrativo (e seus detalhes)
 - Data do envio
 - Situação atual (aguardando parecer, respondido, etc.)
- Após a análise e emissão do parecer jurídico pela Procuradoria Geral do Município (PGM), o processo é devolvido via SEI para a Chefia de Gabinete.
- A CHEGAB realiza a conferência, registra o retorno na planilha de controle e providencia o encaminhamento do processo ao setor de origem:
 - Diretoria Administrativa, nos casos de processos administrativos e contratações;
 - Diretoria de Benefícios, nos casos de processos de concessão de benefícios.

Tabela 13 - Atuação da Chefia de Gabinete em Setembro/2025 no encaminhamento de processos

Nº do Processo	Assunto	Data de entrada na CHEGAB	Data de envio para PGM	Data de retorno	Tempo de Análise
SEI-2024-23000168	Administrativo	2/9/2025	2/9/2025	12/9/2025	10 dias
SEI-2024-23000167	Administrativo	8/9/2025	8/9/2025	18/9/2025	10 dias
SEI-2024-23000167	Administrativo	26/9/2025	26/9/2025	29/9/2025	3 dias
SEI-2025-23000448	Benefício	24/9/2025	24/9/2025	26/9/2025	2 dias
SEI-2025-23000457	Benefício	26/9/2025	26/9/2025	6/10/2025	10 dias

Indicador de Desempenho: Índice de Tempo de Análise Jurídica (ITAJ)

Definição: Mede o tempo médio (em dias) que a Procuradoria Geral do Município leva para analisar e emitir parecer nos processos encaminhados.

Fórmula:

$$ITAJ = \frac{\sum TAAJ}{NTP}$$

ΣΤΑΑJ = Soma dos tempos de análise jurídica de todos os processos (em dias).

NTP = Número total de processos analisados no período.

Meta: Processos de Benefícios: Análise jurídica em até 15 dias. Processos Administrativos: Análise jurídica em até 10 dias.

Desempenho observado: No período analisado, a Procuradoria Geral do Município concluiu a análise de 5 processos, sendo 2 relacionados a benefícios e 3 de natureza administrativa. O

tempo total de análise foi de 6 dias para o processo de benefício e de 7,6 dias para os três processos administrativos.

Assim, o desempenho foi: Processos de Benefícios: 12/2 = 6 dias, dentro da meta de 15 dias. Processos Administrativos: 23/3 = 7,6 dias, abaixo da meta de 10 dias.

Esse resultado demonstra um tempo de resposta rápido por parte da PGM na análise dos processos de benefícios e administrativos.

ÁREA: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O Decreto nº 13.899 de 08 de Janeiro de 2025, publicado no Boletim Oficial do Município nº 2041 em 09 de Janeiro de 2025, alterou a estrutura organizacional e administrativa do ANGRAPREV, extinguindo a Diretoria de Tecnologia da Informação (DIRTIN) e criando a Coordenação de Tecnologia da Informação (COTIN). Este Decreto teve efeito a partir de 01 de Janeiro de 2025.

Objetivos e métricas utilizadas pela Coordenação de Tecnologia da Informação:

Objetivo Geral: Garantir a excelência na gestão dos serviços de TI, por meio do monitoramento de indicadores-chave e da adoção de soluções tecnológicas que aprimorem a segurança, eficiência e qualidade no atendimento às demandas.

Objetivos Específicos:

- Desempenho Operacional: Garantir a agilidade e eficácia na resolução de chamados e suporte técnico.
- -Segurança da Informação: Proteger os dados institucionais contra ameaças internas e externas, promovendo conscientização sobre Segurança da Informação e Comunicação.
- -Infraestrutura de TI: Renovar equipamentos insatisfatórios e implementar soluções para suporte e gestão.
- Produção de Mídia e Comunicação: Assegurar a entrega de materiais de qualidade para fortalecer a comunicação do ANGRAPREV.

Métricas utilizadas (fonte de dados):

- Registro de chamados nos sistemas (Chamado Interno, NPI, Ganet, SEI, Softprevi).
- Notificações relacionadas à segurança da informação.
- Dados de produção de mídia e design gráfico (Canva).

O Instituto vem observando os procedimentos de contingência, criando controle de acessos físicos e lógicos, cópia de segurança, controles com relação ao uso de internet, correio eletrônico, etc., conforme tabela a seguir:

Tabela 14 - Quantidade de atendimentos na COTIN

Categoria / Subcategoria	Qtdd	Total
1. Chamado Interno		
1.1 Incidentes de Segurança	0	
1.2 Advertências de Segurança	0	
1.3 Computadores e periféricos	2	
1.4 Impressora e scanner	1	
1.5 Programas e Sistemas	5	14
1.6 (Prodata, Softprev, SEI)	2	
1.7 Segurança da Informação/Anonimizar	0	
1.8 Site/e-mail	4	
1.9 Usuários/Login acesso	0	
2.0 Produção de mídia	0	
4. Chamado nos Sistemas		
4.1 Comprev	0	
4.2 PRODATA	0	
4.3 SIRC	0	
4.4 Softprev	0	4
4.5 SEI		4
Criação de Usuário/Unidade	0	
Acesso à unidade/Atualização de cargos, siglas	2	
Assuntos administrativos/diversos	2	
4.6 Ganet	0	
5. Site (NPI)	11	11
6. E-mail (NPI)	0	0
7. Produção de Mídia	8	11
7.1 Publicação de notícia no site	3	- 11

Indicador de Desempenho: Taxa de Incidentes de Segurança Resolvidos (TISR)

Definição: Mede a eficácia na resolução de incidentes de segurança da informação que comprometem a confidencialidade, integridade ou disponibilidade das informações ou sistemas, refletindo a capacidade de resposta e mitigação de ameaças.

Fórmula: TISR =
$$\frac{Incidentes\ Resolvidos}{Total\ de\ Incidentes}$$
 $x\ 100$

*Não há taxa de resolução a ser calculada devido à ausência de incidentes registrados.

Meta: Reduzir o número de incidentes de segurança para 0 por mês. A meta é manter a taxa de incidentes o mais baixa possível.

Desempenho observado: Como não foram registrados incidentes de segurança, não houve

ocorrências a serem resolvidas.

Indicador de Desempenho: Taxa de Resolução de Chamados (TRC)

Definição: Mede a eficiência da equipe ao resolver chamados dentro de um determinado

período. É calculada pela relação entre o número de chamados resolvidos e o número total de

chamados registrados.

Fórmula:

 $\mathsf{TRC} = \frac{Chamados\,resolvidos\,no\,prazo}{Total\,de\,chamados}\,x\,100$

Meta: Resolver ≥ 90% dos chamados no prazo.

*Chamados de helpdesk, solicitações nos sistemas, usuário/login e ticket de assuntos

referentes ao site e e-mail. (O prazo considerado para a taxa é de 24h).

Desempenho observado: Aproximadamente 80% de resolução no prazo, pois alguns

chamados possuíam um maior volume e/ou precisaram de reajustes até a entrega final,

causando o aumento do prazo de 24h e consequentemente a redução da taxa de

desempenho. Cabe ressaltar que o pleno atendimento das demandas pode depender das

condições e prioridades de trabalho no setor e também pode estar de certa forma

condicionado a setores externos ou às prestadoras de serviço, que a depender da solicitação,

pode ocasionar um acréscimo de tempo para conclusão total da requisição.

Indicador de Desempenho: Taxa de Produção de Conteúdo de Mídia (TPCM)

Definição: Avalia a quantidade de materiais de mídia produzidos no período determinado,

considerando tanto as demandas planejadas quanto as imprevistas.

Fórmula: Taxa de Produção de Conteúdo de Mídia = $\frac{Materiais produzidos por mês}{materiais solicitados} \times 100$

Meta: Manter a Taxa de Produção de Conteúdo de Mídia próxima de 100%, garantindo que a

produção de materiais de mídia seja eficiente e atenda às necessidades e demandas

estabelecidas dentro dos prazos.

Desempenho observado: Meta alcançada com taxa de 100% de entrega de materiais no

prazo estabelecido, houve uma produção de oito (08) materiais de mídia, sendo compostos

31

por vídeos, publicações no instagram e outras artes gráficas, e três (3) notícias publicadas no site.

TRANSPARÊNCIA

O ANGRAPREV tem buscado assegurar a atualização do site <u>angraprev.rj.gov.br</u> em que são expostas as atividades desenvolvidas, dentre as quais: Balanços, Balancetes, Política de Investimentos, Atas dos Conselhos de Administração, Fiscal e Investimento, Relatório de Risco de Mercado, Legislação e outras informações que venham fomentar e facilitar a vida dos servidores ativos e inativos, respeitando assim, os princípios da administração pública.

CONCURSO PÚBLICO

No ano de 2022, a então Diretora-Presidente do Instituto de Previdência Social do Município de Angra dos Reis – ANGRAPREV, no uso de suas atribuições legais, realizou o 1º Concurso Público, para provimento de cargos que compõem o Quadro de Pessoal Permanente deste Instituto, com formação de cadastro de reserva, sob o regime estatutário, mediante as condições estabelecidas no Edital nº 001/2022 publicado no Boletim Oficial nº 1563, de 22 de setembro de 2022. No mês de Setembro de 2025 não houve nomeação.

SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO

A Prefeitura Municipal de Angra dos Reis, através da Secretaria de Administração visando regulamentar e implantar medidas de programa de controle médico de saúde ocupacional, laudos técnicos de insalubridade e periculosidade, identificando através dos referidos laudos e programas os riscos físicos, químicos, biológicos e ergonômicos no ambiente de trabalho, em conformidade com as exigências definidas em Normas Regulamentadoras (NR), do Ministério do Trabalho, firmou em 31 de maio de 2022 o termo aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 127/2018 com a empresa G.L. Comércio de Consultoria de Segurança do Trabalho Ltda através do Processo nº 2017016015. Tendo sido feito o acréscimo qualitativo do contrato, para elaboração do Laudo Técnico de Insalubridade e Periculosidade (LTIP); Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR); Laudo Técnico das Condições de Ambiente de Trabalho (LTCAT); e Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional.

Ademais, foi publicado o Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho, com início da vigência em 04/2023, pelo patrocinador do RPPS (Serviço Autônomo de Captação de Agua e Tratamento de Esgoto – SAAE).

PLANO ANUAL DE TRABALHO DA CONTROLADORIA INTERNA

O Plano Anual de Trabalho da Controladoria Interna para o exercício de 2025 visa garantir a regularidade e eficiência da gestão pública do ANGRAPREV, através do monitoramento, controle e análise dos processos administrativos e operacionais, com foco em transparência e legalidade. O plano se adapta conforme a evolução das necessidades e prioridades ao longo do ano, tendo como base a legislação vigente e as orientações dos órgãos de controle. Em Setembro, serão demonstrados os Itens 3 (Almoxarifado, Bens Patrimoniais), 6 (Gestão de Ações Judiciais), 8 (Controle Interno), 09 (Conselhos: Fiscal e de Administração) e 12 (Programas) do cronograma, detalhando as ações de monitoramento e fiscalização previstas conforme tabela a seguir:

Tabela 15- Plano de Anual de Trabalho - Setembro de 2025.

			em Jular?				
	ltem n° 3: Almoxarifado, Bens Patrimoniais	s	N	Data verificada	Evidência	Plano de Ação	Setor Resp.
1	Há definição de estoques mínimos? (Obs.: do contrário, tal omissão gera falta de materiais, às vezes fundamentais como os medicamentos e os de enfermagem).		х	30/09/2025	Houve interrupção nos lançamentos no sistema Prodata desde 2018 e as informações estão sendo importadas para o seu reestabelecimento. Foi criada planilha eletrônica que está armazenando histórico de consumo para cálculo de consumo mínimo.	Está em processo de nova importação das informações para o sistema Prodata. Processo SEI nº SEI-2024-23000138	Coordenação de Patrimônio e Suprimentos
2	Os inventários têm sido periodicamente realizados?	x		06/10/2025	O inventário é feito anualmente, com participação da comissão nomeada. No ano de 2025 foi aberto o Processo nº 2025032203 para registro do inventário de bens móveis permanentes.	Realizar o inventário anualmente.	Coordenação de Patrimônio e Suprimentos
3	Há segurança na estocagem dos materiais?	x		30/09/2025	Sim. Mas os materiais estão divididos em 4 locais de armazenamento.	Garantir a segurança dos materiais estocados.	Coordenação de Patrimônio e Suprimentos
4	Há controle de requisições de saída?	X		30/09/2025	Foi adotado formulário de Requisição de Materiais – RMA, para registro físico de pedido e recebimento de material	Controlar a saída de materiais do almoxarifado.	Coordenação de Patrimônio e Suprimentos
5	Tem sido feita conferência no recebimento de materiais?	X		30/09/2025	A conferência é realizada pelos fiscais do processo no ato do recebimento.	Realizar conferência de todos os materiais recebidos.	Coordenação de Patrimônio e Suprimentos
6	Tem sido feita conferência de validade dos produtos estocados?	х		30/09/2025	O controle da validade dos materiais estocados é feito através de planilha eletrônica.	Realizar o controle da validade de todos os materiais presentes no almoxarifado.	Coordenação de Patrimônio e Suprimentos
7	Em balanços anteriores, fez o Tribunal de Contas específicas recomendações para tal item de atenção?		х	06/10/2025	Não foram feitas.	Atender as recomendações do Tribunal de Contas, sempre que forem realizadas.	Coordenação de Patrimônio e Suprimentos
8	A Gestão Patrimonial Anual foi realizada?	x		06/10/2025	A Gestão Patrimonial é feita através do processo de inventario anual com participação da comissão nomeada.	Foi realizado processo de inventário em 2025 e após término, atualização dos Termos de Responsabilidade.	Coordenação de Patrimônio e Suprimentos

			em jular?				
	Item nº 6: Gestão de Ações Judiciais	s	N	Data verificada	Evidência	Plano de Ação	Setor Resp.
1	O último mapa orçamentário e a anterior dívida judicial estão sendo pagos conforme as mais recentes determinações do Supremo Tribunal Federal – STF? Toda a dívida judicial está devidamente contabilizada no Balanço Patrimonial?	x		30/09/2025	O orçamento com previsão do pagamento de condenações judiciais, inclusive precatórios está registrado em dotação orçamentária própria da Procuradoria- Geral do Município, em decorrência da previsão legal de atuação centralizada da Subprocuradoria Judicial da PGM em processos judiciais.	Não aplicável.	Não aplicável.
2	O registro analítico de precatórios contém as seguintes informações: data do ajuizamento, número do precatório, tipo da causa julgada, nome do beneficiário, valor do precatório a ser pago, data do trânsito em julgado, número e data do empenho e data do efetivo pagamento?	x		30/09/2025	O registro dos precatórios é realizado pela Procuradoria-Geral do Município, que detém a atuação centralizada da Administração Direta e Indireta em todos os processos judiciais, inclusive do ANGRAPREV	Não aplicável.	Não aplicável.

Item regular?									
	Item n° 8: Controle Interno	s	S N Data verificada		Evidência Plano de Ação Setor Resp.				
1	O controle interno elaborou o plano anual de auditoria?	x		23/09/2025	A Controladoria Interna do Angraprev elaborou o Plano Anual de Auditoria, que foi finalizado em 05/12/2024.	Elaborar o Plano Anual de Auditoria.	Controladoria Interna		
2	O Plano anual foi encaminhado ao Dirigente do órgão	x		23/09/2025	O Plano Anual de Auditoria foi encaminhado para ciência e do Diretor- Presidente do Angraprev pelo processo SEI-2024-23000300.	Encaminhar o Plano Anual de Auditoria ao Dirigente do órgão.	Controladoria Interna		
3	O plano anual foi apresentado ao Conselho de Administração?	x		25/09/2025	O Plano Anual foi submetido ao Conselho de Administração para apreciação e aprovação, tendo sido aprovado no dia 10/12/2024 como consta no processo SEI-2024-23000300.	Providenciar a publicação e divulgação do Plano Anual de Auditoria.	Controladoria Interna		
4	O plano anual está sendo executado?	x		23/09/2025	O Plano Anual está sendo executado e futuramente os resultados serão publicados no site oficial do instituto.	Executar o Plano Anual de Auditoria.	Controladoria Interna		
5	As verificações mensais do controle estão sendo realizadas e divulgadas?	x		23/09/2025	O Controle Interno realiza verificações mensais, cujos resultados são publicados no relatório mensal e após aprovação do Conselho de Administrativo são divulgados no Site do Angraprev.	Realizar verificações mensais de controle e proceder com sua divulgação.	Controladoria Interna		

			tem jular?				
	Item n° 9: Conselhos (Fiscal e de	s	N	Data			
	Administração)	,	N	verificada	Evidência	Plano de Ação	Setor Resp.
1	A remuneração foi fixada por Lei?	x		30/09/2025	A remuneração para ambos os Conselhos foi estabelecida na Lei nº 4.037, de 21 de dezembro de 2021. Conselho Fiscal – Art. 10, § 13 Conselho de Administração – Art. 7, § 13	Garantir que a remuneração esteja fixada em lei.	Diretoria Administrativa
2	Os pagamentos das remunerações forampagos em acordo com a Lei?	x		30/09/2025	Os pagamentos foram efetuados conforme o disposto na legislação vigente, a qual estabelece que o montante deve corresponder a 70% da tabela salarial atual dos servidores da PMAR – Nível Básico – Referência 103, sendo limitado a um jeton mensal, independentemente da quantidade de reuniões realizadas. O pagamento é restrito aos conselheiros titulares e seus suplentes, quando convocados, mediante a participação efetiva nas reuniões dos respectivos conselhos.	Assegurar que o pagamento seja realizado em conformidade com a legislação vigente, utilizando-se a tabela salarial devidamente atualizada.	Diretoria Administrativa
3	Possuem qualificações (experiência profissional e conhecimentos técnicos) para exercício da função?	x		30/09/2025	A maioria dos titulares dos Conselhos (Fiscal e de Administração) possuem certificação e todos possuem experiência profissional para o exercício da função. As certificações estão disponibilizadas no site oficial do instituto.	Conselhos possuam experiência	Diretoria Administrativa

		em ular?				
ltem n° 12: Programas	S	N	Data verificada	Evidência	Plano de Ação	Setor Resp.
O Programa de Certificação Pró-Gestão RPPS foi planejado e implementado? Está em vigor?	x		30/09/2024	O Angraprev alcançou o nível II do Pró- Gestão em 01 de setembro de 2021 por meio de auditoria realizada pelo Instituto de Certificação Qualidade Brasil - ICQ Brasil. Em 05 de Janeiro de 2023, o instituto foi certificado no nível III e no dia 01 de Novembro de 2024 obteve o nível IV. O programa está em vigor e tem auditoria prevista para acontecer em outubro de 2025	Realizar as ações necessárias para a manutenção do programa Pró-Gestão.	Coordenação de Pró- Gestão
Foram realizadas ações para aperfeiçoamento da Política de Segurança da Informação	x		30/09/2025	Sim, a Pol[itica de Segurança da Informação está atualizada e disponível no Site Institucional	Realizar ações para aperfeiçoar a Política de Segurança da Informação.	Diretoria de Tecnologia da Informação

ANÁLISE DAS MANUTENÇÕES DAS AÇÕES AO PROGRAMA PRÓ-GESTÃO

O Angraprev foi submetido a uma auditoria entre os dias 30 de outubro e 1º de novembro de 2024, na qual obteve a certificação Pró-Gestão Nível IV, o mais elevado do programa, consolidando o reconhecimento de sua eficiência nas práticas de gestão. Conforme os critérios do programa, a certificação exige a manutenção e o aprimoramento contínuo das ações implementadas. Para monitorar essas ações, foi elaborado um checklist com base nas diretrizes do Manual do Pró-Gestão, permitindo verificar o alinhamento às exigências estabelecidas.

Após a análise, constatou-se que o Instituto atende a 100% das ações avaliadas, cumprindo todas as 24 ações previstas. No entanto, o relatório da auditoria incluiu algumas recomendações que serão acompanhadas e supervisionadas pela Controladoria Interna, assegurando a conformidade e manutenção da certificação até a próxima auditoria de supervisão, que será realizada em 2025.

A seguir, apresenta-se o checklist das 24 ações realizadas no âmbito do Pró-Gestão Nível IV, reafirmando o compromisso do Instituto com a excelência em sua gestão previdenciária.

Tabela 16– Análise dos requisitos para adesão ao Pró-Gestão.

<u>ANÁLISE</u>	ANÁLISE DOS REQUISITOS PARA ADESÃO AO PRÓ-GESTÃO								
~		SIM	NÃO						
AÇÕES	CONTROLE INTERNO								
1	Mapeamento das atividades das áreas de atuação do RPPS	X							
2	Manualização das atividades das áreas de atuação do RPPS	Х							
3	Capacitação e Certificação dos Gestores e servidores das áreas de risco	Х							
4	Estrutura de Controle Interno	X							
5	Política de Segurança da Informação	Х							
6	Gestão e Controle da base de dados cadastrais dos servidores ativos, aposentados e pensionistas.	Х							

	GOVERNANÇA CORPORATIVA	
7	Relatório de Governança Corporativa	Х
8	Planejamento	Х
9	Relatório de Gestão Atuarial	Х
10	Código de Ética da Instituição	Х
11	Políticas Previdenciárias de Saúde e Segurança do Servidor	Х
12	Política de Investimentos	Х
13	Comitê de Investimentos	Х
14	Transparência	Х
15	Definição de limites de alçadas	Х
16	Segregação das atividades	Х
17	Ouvidoria	Х
18	Diretoria Executiva	Х
19	Conselho Fiscal	Х
20	Conselho Deliberativo	Х
21	Mandato, representação e recondução	Х
22	Gestão de Pessoas	Х
	EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	
23	Plano de Ação de Capacitação	X
24	Ações de diálogo com segurados e a sociedade	Х

PONTOS DE CONTROLE (PC)

Esta Unidade de Controle, a fim de gerar informações para melhoria contínua nas tomadas de decisões dos gestores do Instituto, observou as recomendações informadas no **Relatório de Auditoria de Certificação Pró-Gestão RPPS**, emitido em 01 de novembro de 2024.

Tabela 17 – Acompanhamento da implementação das recomendações feitas no Relatório de Auditoria.

ACOMPANHAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES				
	Não atendida	Em processo	Parcialmente atendida	Atendida
Recomendação 01				X
Recomendação 02				X
Recomendação 03		X		
Recomendação 04				X
Recomendação 05				X
Recomendação 06				X
Recomendação 07				X
Recomendação 08				X
Recomendação 09				X
Recomendação 10				X
Recomendação 11				X

RECOMENDAÇÃO 01: Que o Instituto implemente a segregação da Área da Controladoria Interna das demais áreas, garantindo maior independência e autonomia na execução de suas funções. Além disso, que seja realizada a atualização dos mapeamentos e manualização dos processos de Controle Interno, de modo a alinhá-los à realidade atual.

RESPOSTA CONTROLE: Atendida. Em dezembro de 2024, a área de Controle Interno foi transferida para uma sala independente, garantindo maior privacidade e autonomia para realizar suas atividades. A atualização dos mapeamentos e a adequação da manualização à realidade atual do Controle Interno foram concluídas e estão disponíveis no portal institucional.

RECOMENDAÇÃO 02: Divulgar a Política da Segurança da Informação com uma frequência constante, em função de novas contratações e ou sua atualização.

RESPOSTA CONTROLE: Atendida. A Política de Segurança da Informação foi revisada e atualizada. Através do Processo SEI-2025-23000510 ela foi divulgada para todos os servidores do Instituto e também disponibilizada no portal institucional.

RECOMENDAÇÃO 03: Verificar se as ações previstas no Plano de Ação e no Planejamento Estratégico estão sendo executadas conforme o cronograma estabelecido. Caso contrário, identificar as medidas corretivas que estão sendo adotadas.

RESPOSTA CONTROLE: Em andamento. Estão sendo realizadas reuniões entre a Coordenação de Pró-Gestão e a Consultoria de Pró-Gestão para acompanhar a execução das ações previstas no Plano de Ação e no Planejamento Estratégico, conforme o cronograma estabelecido.

RECOMENDAÇÃO 04: Avaliar frequentemente o trabalho do Atuarial para a tomada de decisões com relação a realidade dos segurados e avaliar se as técnicas estão aderentes à realidade.

RESPOSTA CONTROLE: Atendida. O atuário envia mensalmente um relatório de atividades, e o estudo de aderência das hipóteses biométricas, demográficas e financeiras é realizado periodicamente. Além disso, o relatório de avaliação atuarial é produzido anualmente. A partir desses relatórios e estudos, é possível avaliar frequentemente o trabalho do setor atuarial e tomar decisões informadas, garantindo que as técnicas estejam alinhadas à realidade dos segurados.

RECOMENDAÇÃO 05: Promover periodicamente a conscientização das partes interessadas sobre o Código de Ética, garantindo que o documento permaneça ativo no Pró-Gestão, com o acompanhamento contínuo da Comissão de Ética.

RESPOSTA CONTROLE: Atendida. Em setembro de 2025 foi realizada uma palestra para conscientização dos servidores, incluindo os novos servidores, sobre o código de ética, garantindo assim que o documento permaneça ativo no Pró-Gestão e atualizado. A comissão de ética disponibiliza no portal Institucional o relatório de ocorrências trimestralmente

RECOMENDAÇÃO 06: Em relação as Políticas Previdenciárias de Saúde e Segurança do Servidor é necessário acompanhar as mudanças decorrentes do ano corrente e demais, para a atualização das informações e acompanhamento do desempenho no mínimo trimestralmente, a fim de não ficar desatualizado.

RESPOSTA CONTROLE: Atendido. Através do processo SEI-2025-23000355, foram encaminhados pela Secretaria de Modernização e Gestão de Pessoal cópias de alguns documentos de PPP (Perfil Profissiográfico) elaborados e entregues entre 2023 e 2025 e cópia do LTCAT (Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho).

RECOMENDAÇÃO 07: Promover periodicamente a conscientização das partes interessadas sobre a Política de Investimento, garantindo que o documento permaneça ativo no Pró-Gestão, com o acompanhamento contínuo do Comitê de Investimentos.

REPOSTA CONTROLE: Atendida. O Comitê de Investimentos já realiza o acompanhamento contínuo da Política de Investimentos, assegurando sua aderência e mantendo as partes informadas e em conformidade com as diretrizes estabelecidas.

RECOMENDAÇÃO 08: Em relação à Ouvidoria, deve-se estabelecer um processo de gestão de investigação dos desvios de conduta para avaliação e tratativa das manifestações consideradas como pertinentes e seu devido encaminhamento para os órgãos colegiados.

RESPOSTA CONTROLE: Atendida. O setor responsável já estabeleceu o processo de gestão de investigação dos desvios de conduta, incluindo a avaliação e a tratativa das manifestações pertinentes, bem como seu encaminhamento aos órgãos colegiados.

RECOMENDAÇÃO 09: No que se refere ao Conselho Fiscal, garantir que, durante as reuniões, as manifestações dos conselheiros sejam registradas de forma individualizada nas Atas, em vez de um parecer único e geral para todos.

RESPOSTA CONTROLE: Atendida. Após análise das Atas do Conselho Fiscal, verificou-se que, durante as reuniões, as manifestações dos conselheiros já estão sendo registradas de forma individualizada.

RECOMENDAÇÃO 10: No que se refere ao Conselho de Administração, garantir que, durante as reuniões, as manifestações dos conselheiros sejam registradas de forma individualizada nas Atas, em vez de um parecer único e geral para todos.

RESPOSTA CONTROLE: Atendida. Após análise das Atas do Conselho de Administração, verificou-se que, durante as reuniões, as manifestações dos conselheiros já estão sendo registradas de forma individualizada.

RECOMENDAÇÃO 11: Realizar um levantamento das necessidades de treinamento para apoiar a elaboração precisa do Plano de Capacitação. Além disso, é necessário identificar as competências essenciais para os cargos e funções do Instituto. Essa ação é fundamental para garantir a eficácia do Plano de Capacitação e o alcance dos resultados estratégicos. A oportunidade de melhoria, refere-se na necessidade de realizar projetos que visem a estruturação de ações contínuas de preparação para aposentadoria, ações de pós aposentadoria e também sua avaliação de satisfação das ações de diálogo com os segurados

de forma a identificar os requisitos dessas partes interessadas e tornar mais abrangentes e contextualizados esses projetos à realidade local.

RESPOSTA CONTROLE: Atendido. Já está disponível no Portal Institucional um Plano de capacitação atualizado de 2025.

CONCLUSÃO

O presente Relatório de Controle Interno referente ao mês de setembro de 2025 evidencia a regularidade e a efetividade dos procedimentos administrativos, financeiros e operacionais do Instituto, bem como a eficiência na execução das atividades nas áreas analisadas. Observa-se que os indicadores de desempenho apresentam resultados positivos em grande parte dos setores, refletindo a maturidade dos controles internos, o comprometimento das equipes e a aderência às normativas vigentes. Esses resultados reforçam a importância do acompanhamento sistemático dos processos e do alinhamento com as diretrizes legais e estratégicas da autarquia.

Na área de benefícios, a evolução do indicador estabelecido para concessão de aposentadorias e pensões ao longo do ano demonstra a agilidade e a conformidade das análises processuais. No setor de arrecadação, a totalidade dos valores previstos foi efetivamente recebida, garantindo a sustentabilidade financeira do Instituto. O desempenho acima da meta atuarial na carteira de investimentos evidencia a boa gestão dos recursos previdenciários, fortalecendo a saúde financeira do Angraprev e assegurando a capacidade de honrar os compromissos futuros com os segurados.

Os setores de atendimento, jurídico, financeiro e de tecnologia da informação também apresentaram resultados satisfatórios, com destaque para a manutenção de baixos índices de inconsistências nos pagamentos ou transferências bancárias (0%) e a eficiência nas análises jurídicas. Além disso, as ações de compliance, transparência e manutenção das práticas do Pró-Gestão Nível IV reforçam a consolidação de uma cultura institucional pautada em governança, integridade e responsabilidade na gestão previdenciária.

Dessa forma, conclui-se que o Instituto mantém um padrão elevado de gestão e controle, alinhado aos princípios da administração pública e às boas práticas de governança previdenciária. A Controladoria Interna continuará monitorando e aprimorando continuamente

seus processos, com foco na mitigação de riscos, no fortalecimento dos controles internos e no suporte à tomada de decisões estratégicas, assegurando a eficiência dos serviços prestados aos segurados e à sociedade.

Angra dos Reis/RJ, 16 de outubro de 2025.

JÉSSICA LÚCIA DE MORAIS ROSA

Coordenadora de Análise de Conformidade

GIOVANNA MARTINS VALLADÃO SOARES

Controladora Interna